



FOTO JAECI



O futuro Governador Cortez Pereira é otimista sobre a ação do empresário pelo desenvolvimento do Estado

Cortez Pereira assegura que empresário terá vez na sua administração

As primeiras palavras do futuro Governador do Rio Grande do Norte, snr. Cortez Pereira, dirigidas ao empresariado do Estado, são sintomáticas da mudança da mentalidade administrativa que vigora no país. Ele afirmou, em termos claros, a confiança que tem nas classes produtoras como promotoras do desenvolvimento sócio-econômico, com as seguintes palavras: "No Governo, ouvirei os empresários; estarei sempre em convívio com eles".

O futuro governante tem duas metas prioritárias a atingir, segundo os seus primeiros pronunciamentos: a primeira meta, diluir as cores políticas do Estado, encontrando na cor branca a síntese de paz para os conflitos que durante quase uma década dividiram, como um "muro da vergonha", os norte-riograndenses entre os partidários do verde e do vermelho. Esse objetivo ele considera fácil de atingir, depois

do longo trabalho de pacificação iniciado pelo monsenhor Walfredo Gurgel. A segunda meta — esta bem mais difícil de conquistar — será o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Norte. Mas, para isso, o snr. Cortez Pereira tem os seus planos e se mostra otimista quanto aos resultados que obterá. O que muito ajudará o snr, Cortez Pereira a realizar uma administração dinâmica será a sua experiência de técnico em economia e finanças, adquirida na passagem pela Direção do Banco do Nordeste do Brasil.

De uma maneira geral, o empresariado do Estado se mostra satisfeito com a indicação do snr. Cortez Pereira para suceder o monsenhor Walfredo Gurgel, pois vê nele um homem à altura do cargo.

Leia os planos do futuro Governador nas páginas 3 e 4, em reportagem especial.

Agricultores da região Oeste pedem anistia ao B. do Brasil

(reportagem na página 5)

Paulo Alonso invade cidades

(reportagem na página 11)

Minérios do Estado sob grave ameaça de caírem em poder de estrangeiros

(artigo na última página)

Diário Oficial em Síntese

O Diário Oficial do dia 1º de abril publicou expediente da Prefeitura Municipal de Macaíba incorporando ao Patrimônio Municipal bens no valor de 121 mil cruzeiros novos, decorrente do Fundo de Participação dos Municípios.

A Prefeitura Municipal de Areia Branca também fez publicar no mesmo dia expediente da mesma natureza, incorporando 146 mil cruzeiros novos em bens móveis, por aplicação de recursos do Fundo de Participação dos Municípios.

Declaração de Empresa Individual Civil foi publicada no dia 1º pelo Diário Oficial em favor da SAOEX, Serviço de Assistência e Orientação Executiva, a ser instalada na cidade de Mossoró.

A Cooperativa Agropecuária de São José de Campestre, através do Diário Oficial de 1º de abril convocou os seus associados para Assembleia Geral Ordinária para 17 do corrente.

A Prefeitura Municipal de Caiçara do Rio do Vento dá conta, pelo Diário Oficial do dia 1º de aplicação de recursos da ordem de 12 mil cruzeiros novos oriundos do F.P.M.

J.R.C. — Cia. de Empreendimentos Rurais publicou no mesmo dia edital de convocação para Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 7 de maio próximo nesta Capital.

A FISA — Fazenda Iguatú S/A — convidou os seus acionistas, pelo Diário Oficial do dia 1º de abril para Assembleia Geral visando à apreciação do Relatório da Diretoria, Balanço e Conta de Lucros, no próximo dia 30, em Lagoa de Velhos

A Importadora Omar Medeiros S/A convocou Assembleia Geral Ordinária pelo Diário Oficial do dia 1º de abril, com a finalidade de votar o relatório da Diretoria e examinar outros assuntos de interesses da organização, no próximo dia 20.

Balanço Patrimonial e Conta de Lucros e Perdas de Simas Industrial S/A foram publicados pelo Diário Oficial do dia 1º do corrente.

A Itapetinga S/A fez publicar pelo Diário Oficial do dia 2 último ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 1969.

No mesmo dia Fazendas Poço Verde S/A publicou cópia autêntica de ata de Assembleia Geral realizada em 30 de dezembro de 1969.

A Algodoeira São Miguel S/A, através do Diário Oficial de 2 de abril, convocou Assembleia Geral Ordinária de acionistas para o próximo dia 20, em que serão tratados vários assuntos de interesse da firma.

No mesmo dia, Alonso Bezerra Comércio e Indústria S/A publicou convocação de Assembleia para o dia 11 de abril, a fim de serem tratados o aumento de capital social da empresa e reformulação de estatutos.

Ata de Assembleia Geral de “Confecções Guararapes S/A” realizada em 20 de março último, foi publicado pelo Diário Oficial de 3 de abril.

A Companhia Algimar publicou no mesmo dia convocação de Assembleia Geral Ordinária para o dia 20 do corrente quando serão tratados aprovação do Balanço, relatório da Diretoria e parecer do Conselho Fiscal relativos ao último exercício financeiro, e outros assuntos de interesse da organização.

Resolução da Cofern foi publicada no mesmo dia, autorizando entrega de 56 mil cruzeiros novos a Rionorte para serem aplicados em contrato de abertura de crédito em favor da CIMASA.

Balanço da Cooperativa de Crédito Norte-Rio-grandense Ltda. foi publicado no Diário Oficial do último dia 31.

As Indústrias Jossan S/A publicaram através do Diário Oficial do mesmo dia, convocação de Assembleia Geral Ordinária para o dia 30 do corrente, a fim de serem tratados assuntos de funcionamento da firma.

Relatório da Diretoria e Balanço da Algodoeira São Miguel S/A foram publicados pelo Diário Oficial de 3 de abril.

Medeiros S/A — Confecções publicou pelo Diário Oficial daquele dia ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de março do presente ano.

Cópia autêntica da ata de Assembleia Geral da Fazenda Arvorêdo S/A foi publicada através do Diário Oficial de 4 de abril.

A Fiação e Tecelagem Seridó S/A publicou através do Diário Oficial do dia 7 último convite aos seus credores para apresentarem seus créditos a Diretoria no prazo de quinze dias.

Uma promessa importante — As metas — Arrancada para o progresso — Fim às divisões partidárias — Recuperação da economia — A agropecuária — Engajamento da Universidade na administração — Universidade como Secretaria de Planejamento — O candidato Cortez

No Governo, ouvirei os empresários

O futuro Governador do Rio Grande do Norte, snr. José Cortez Pereira de Araújo, já fez uma promessa: **“no Governo, eu ouvirei sempre os empresários; estarei sempre em convívio com eles”**. Estas palavras satisfazem plenamente às classes produtoras do Estado, que vêm no snr. Cortez Pereira o técnico em assuntos econômicos disposto a enfrentar os problemas básicos da economia do Rio Grande do Norte e a encontrar as soluções que coloquem este Estado ao nível dos seus vizinhos.

AS METAS DE CORTEZ

Nas suas primeiras entrevistas após sua indicação pelo Presidente Médici para substituir o monsenhor Walfredo Gurgel, o snr Cortez Pereira disse que terá dois sérios problemas a enfrentar de imediato: o primeiro, as divisões partidárias, as dissensões políticas que há muitos anos vêm dividindo os norte-riograndenses, em detrimento do desenvolvimento do Estado; o segundo, recuperar a economia combalida e conseguir integrar o Rio Grande do Norte no processo desenvolvimentista do Nordeste, ganhando o tempo perdido. A solução do primeiro problema, o snr. Cortez Pereira considera fácil, pois os passos mais difíceis para resolvê-lo foram dados pelo Governador Walfredo Gurgel, através da sua política de pacificação. Mas, a tarefa de desenvolver o Estado, esta ele reconhece que será árdua e que não será conseguida sem grandes sacrifícios.

Por princípio, o snr. Cortez Pereira tem o seguinte pensamento, expresso em discurso que pronunciou na Faculdade de Direito, no último dia 4: **“Não vale a pena ficarmos lamentando a indústria que não veio para o Rio Grande do Norte, ficarmos mal-**

dizendo a Sudene ou a política do Governo Central, que carrou para Pernambuco, Bahia e Ceará a maior parte dos recursos do 34/18. Se os recursos foram destinados àqueles Estados é porque eles estavam mais capacitados do que nós a receber a industrialização. Eles já tinham um arremedo de desenvolvimento agropecuário, já tinham um mercado capaz de comprar. O que nós temos de fazer é desenvolver também nossa agricultura e nossa pecuária, para que, em tempo ainda atraíamos para cá os recursos da Sudene. Não nos resta desesperar: devemos partir para dinamizar nosso setor primário, a exemplo do Estado da Paraíba”.

Afirma o futuro Governador que **“conseguir os recursos do 34/18 se torna cada dia mais difícil. Mas, não é tarde, ainda é tempo, de se pensar em promover alguma coisa de concreto no desenvolvimento econômico do Estado, utilizando esses recursos”**.

Os planos do snr. Cortez Pereira, no sentido de recuperar o tempo perdido, são os seguintes, pelo menos no que diz respeito ao setor primário: **“Minha primeira meta ao assumir o Governo será promover um mapeamento das regiões capazes de dar uma reposta econômica aos investimentos do 34/18. Depois de identificar as regiões, partiremos para a identificação dos proprietários que nas regiões mapeadas tenham vocação empresarial, porque tanto é negativo investir nos taboleiros do sertão, com as técnicas atualmente em uso, quanto entregar recursos àqueles que não têm vocação empresarial. Identificadas as regiões e os proprietários com vocação, então caberá ao Governo criar um mecanismo de captação de recursos, de tal modo que su-**

pere as dificuldades hoje existentes e acabe com a nova “indústria” que começa a surgir no Nordeste, infelizmente, que é a indústria dos escritórios que cobram altos percentuais pela captação do 34/18 no Sul do país”.

E com a sua autoridade de técnico em finanças, de professor de Economia Política e de ex-Diretor do Banco do Nordeste do Brasil S/A, o futuro Governador Cortez Pereira conclui: — **“Na hora em que conseguirmos dinamizar o setor primário através desta e de outras fórmulas, estaremos criando as condições básicas para o desenvolvimento industrial do Rio Grande do Norte”**.

AGRICULTURA COMBALIDA

O snr. Cortez Pereira sabe que será muito difícil realizar o progresso da agropecuária, principalmente porque muitas das suas experiências no Banco do Nordeste (através das Carteiras de Cooperativismo e Agrícola) falharam. As razões dos fracassos foram apenas duas: 1º) de tal maneira a agricultura do Nordeste (particularmente a do Rio Grande do Norte) está combalida que, na maioria das vezes, o agricultor procura os empréstimos bancários não para investir na compra de gado, na construção de açudes e de cercas, mas para pagar velhas dívidas; 2º) a capacidade da agricultura e da pecuária de fazerem retornar aos juros atuais e com os prazos atuais o dinheiro financiado é tão reduzida que, na hora em que cresce mais a coluna dos investimentos para rentabilidade a longo prazo (como a construção de açudes, estábulos, cercas) se compromete o projeto, pois ele deixa de oferecer rentabilidade satisfatória.

Mas, o futuro Governador não se mostra desanimado com os insucessos anteriores. Ele ainda

No Governo ouvirei ...

O homem, as origens

José Cortez Pereira de Araújo é mais um seridoense que atinge a alta função de Governador do Rio Grande do Norte. Homem jovem (45 anos de idade), formado em Direito e em Filosofia, antes de ir aos bancos das escolas superiores ele esteve no seminário vários anos, onde alicerçou sua formação humanística. Com a política no sangue (seu Pai Vivaldo Pereira, foi importante chefe político, eleito prefeito e deputado), Cortez Pereira abraçou cedo a carreira de homem público. Foi deputado estadual e suplente de senador, e despontou no cenário político como um dos maiores tribunos de que se tem notícia no Rio Grande do Norte. Ao lado da política, ele

exerceu com brilhantismo a advocacia, sendo memorável a sua defesa a Renato Leite, um dos implicados na "chacina de Cachoeira do Sapó". Há pouco anos, ingressou no magistério superior através de concurso, tornando-se catedrático de Introdução à Ciência do Direito, na Faculdade de Direito de Natal. Em seguida, foi convidado para fazer parte da Diretoria do Banco do Nordeste do Brasil S/A, dela se desvinculando agora, ao ser indicado pelo Presidente da República para suceder o Monsenhor Walfredo Gurgel no Governo. As suas experiências no campo econômico são de largo alcance e deverão ajuda-lo sensivelmente na tarefa de administrar o Estado.



Foto do instante em que Cortez Pereira desembarcava no Aeroporto Augusto Severo, com a certeza de ter sido escolhido para o Governo do Estado. A esperá-lo, estavam centenas de amigos e familiares. Dona Aída Ramalho Cortez Pereira, sua esposa, foi ao seu encontro com flores. Sua filha de cinco anos abraçou-o afetuosamente.

guarda um grande trunfo para lançar na hora certa: é a chamada de todos os agricultores para o trabalho coletivo, quer seja por meio de cooperativas, de sociedades anônimas, de núcleos de colonos pois ele tem comprovado, não só no Nordeste, mais em muitas partes do Brasil e de países da Europa que "só o trabalho coletivo consegue desenvolver o campo". O snr. Cortez Pereira, entretanto, não pensa em repetir as experiências de cooperativismo "planejadas de cima para baixo", que o Banco do Nordeste em convênio com a Ancar-RN, chegou a colocar em prática, com resultados quase sempre negativos.

PLANEJAMENTO

Professor catedrático de Economia Política na Faculdade de Direito, afastado da função desde que foi para a Diretoria do Banco do Nordeste, o futuro Governador Cortez Pereira voltou ao convívio dos estudantes e da Universidade. O seu propósito agora é "constituir um conjunto de jovens estudiosos dos problemas econômicos do Rio Grande do Norte; debater com os estudantes de Direito, de Economia, de Sociologia; trocar idéias com professores; enfim, engajar a Universidade Federal do Rio Grande do Norte na administração pública e fazer da Universidade a grande Secretaria de Planejamento do Governo do Estado".

Por último, e acima de tudo, o snr. Cortez Pereira deseja a união de todos os setores políticos, das lideranças empresariais, trabalhistas e estudantis em torno do desenvolvimento do Rio Grande do Norte. E justifica o seu desejo com a seguinte declaração: "É necessário que o Rio Grande do Norte perceba que é um Estado fraco, limitado, e que, se ainda mais dividirmos essas limitações, seremos uns típicos a procurar carregar fardos de gigantes. É necessário que entendamos isto e nos unamos todos para uma coisa mais séria do que dissensões políticas: o progresso".

ESCOAR O SAL

Porto de Natal seria solução provisória

Entrave — A tese apresentada pelo parlamentar é incisiva, afirmando que o atual sistema de transporte dos alcerros das salinas até os portos de desembarque é o principal ponto de estrangulamento da economia salineira do Rio Grande do Norte e, consequentemente, do País.

Por conta do sistema de transporte empregado — navios fundeados a 15 milhas da costa de Macau e Areia Branca ou, em menor escala, através de caminhões —, o sal chega ao porto de Santos com um aumento percentual de 63,70%.

Uma barcaça à vela cobre as 15 milhas do porto de Macau até o alto mar onde estão os navios em seis ou oito horas espaço de tempo reduzido para duas horas em embarcações equipadas com motor. Além disso o transbordo do sal das barcaças para os porões dos navios é feito de uma maneira precária e antieconômica através de tinas com capacidade variando entre 400 e 700 quilos, cheias manualmente, num trabalho que emprega vários estivadores. Um navio de 10 mil toneladas tem que permanecer 15 dias ao largo, até completar sua carga.

Vendo estas dificuldades, o parlamentar aponta uma solução, pelo menos enquanto o porto-ilha não é concluído — e sua construção não foi nem iniciada ainda — aproveitando as potencia-

lidades oferecidas pelo porto de Natal, o melhor porto natural do Nordeste Oriental.

Para que essas medidas sejam postas em prática, porém, é necessário que se criem as condições pelas quais o porto possa fazer jus à classificação. Até agora, é o melhor apenas potencialmente, em consequência das pedras que existem na entrada da barra. A história dessas pedras, de tão repetida já está virando folclore ou assunto de meninos de grupo escolar, embora nada se tenha feito de concreto até agora, para que o problema seja solucionado definitivamente.

Condições — O estudo apresenta as condições indispensáveis para que o porto possa se transformar em algo que possua amplitude operacional. As duas condições: 1) imediato derrocamento da pedra do meio do caminho da barra, com o aprofundamento do canal de acesso, de 5,70m para 12,00m e 2) estudo, em laboratório de hidráulica experimental, da extensão compreendida entre o acesso da barra até a Base Naval, medida que apresenta justificativas de ordem socio-econômica, estratégicas e de segurança nacional.

Justificando seus pontos de vista, o deputado Tertius Rebello observa, entre outras coisas que o porto de Natal possui 400 metros de cais acostável, possuindo todas as ins-

Enquanto o porto-ilha, entre Macau e Areia Branca, não for construído, a indústria salineira do Estado permanecerá praticamente estagnada, sem nenhuma possibilidade de expansão. Por que, então, não aproveitar as potencialidades do porto de Natal, fazendo por aqui a exportação do produto, em vez de fazê-la, a um custo muito maior, através de navios fundeados ao largo, ou por via rodoviária?

Este é o tema central da tese apresentada pelo deputado Tertius Rebello, recentemente em S. Paulo, quando representou a Associação Comercial e a Federação do Comércio do Rio Grande do Norte na VIII Conferência Brasileira de Comércio Exterior.

tações adequadas a um porto organizado. A Marinha tem aqui uma Base Naval, a mais bem instalada do Nordeste servindo de ponto de apoio logístico natural à navegação entre Salvador e Belém.

O estudo diz que a utilização plena das instalações, não só do porto como da Base Naval estão comprometidas pelas dificuldades de transposição, por navios de maior calado da barra do rio Potengi. De acordo com estudos feitos há algum tempo, pela Marinha, observou-se que, por conta de fenômenos naturais e à condições excepcionalmente favoráveis, ocorre um fenômeno interessante no rio Potengi: sua profundidade, próxima a barra aumenta a razão de um metro cada 20 anos, o contrário do que ocorre com outros portos do Nordeste, que sofrem assoreamento.

O porto será bem servido rodoviariamente, através das BR-101, 104, 226, 227 e 304, além do sistema rodoviário estadual e da estrada de ferro Natal-Macau-Recife, segundo o deputado. O porto de Natal inclusive, já funciona com um terminal salineiro embora precário, e operando com cargas reduzidas.

A tese do deputado Tertius Rebello sugere a ampliação dessas instalações, mas do outro lado do rio, na praia da Redinha, "onde já existem profundidades normais de nove metros". O pro-

blema seria, então, resolvido, pelo menos enquanto as medidas planejadas não saem do papel.

Exportação — Há, inclusive, um aspecto altamente importante para o futuro do Rio Grande do Norte, levantado pelo documento: o da exportação de sal. De todo o sal produzido no Brasil, o de Macau e Areia Branca é o de melhor qualidade e que apresenta maior índice de pureza, chegando a obter o alto índice de 98%, enquanto o obtido no Estado do Rio de Janeiro não ultrapassa 90%.

Produzindo 61,52% da produção brasileira, o sal poderá, tranquilamente, como o tungstênio — do qual o Rio Grande do Norte é o maior exportador no Brasil —, ocupar lugar e render divisas, na pauta de exportações do Estado, insignificante atualmente. De acordo com o documento, o mercado mais provável seria o Japão, "pelo volume dos contratos e encomendas até agora conhecido".

No primeiro ano, o fornecimento médio do produto seria da ordem de 500 a 600 mil toneladas, subindo para 1 milhão, no ano seguinte para atingir, ao fim de três anos, 1.500 mil ou mesmo 2 milhões de toneladas. E ninguém precisa ser bom em matemática para saber o quanto isso significará na economia do Rio Grande do Norte.

Venda a quem pode comprar

RN-Econômico

garante ao seu anúncio um aproveitamento **total** porque:

1. nossos leitores são os homens que dirigem a atividade privada do Rio Grande do Norte, são os empresários e os profissionais liberais, que constituem a elite dos consumidores;
2. nosso sistema de entrega é direto, isto é, os nossos assinantes recebem o **RN-Econômico** em seu próprio escritório, numa distribuição sem falhas;
3. os assuntos da nossa revista são de alto interesse para a empresa privada e para outros setores sociais e econômicos a ela ligados;
4. **RN-Econômico** é enviada para outros Estados. É a nossa revista que informa à Sudene, aos bancos, aos ministérios, às associações comerciais de todo o país, o que está acontecendo no Rio Grande do Norte;
5. a tiragem de **RN-Econômico** não fica muito aquém da tiragem dos jornais locais.

Para a publicação dos anúncios, dos editais, dos balanços da sua empresa:
RN-Econômico - Revista Quinzenal
para Homens de Negócio.

Homens & Empresas

A indicação de Cortez Pereira para candidato único da Arena ao Governo do Rio Grande do Norte trouxe satisfação geral para as classes produtoras deste Estado, conhecedoras da sua atuação em favor do desenvolvimento econômico do Nordeste. Consideram os empresários que a passagem de Cortez Pereira pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A, como Diretor de Cooperativismo e Vice-Presidente da instituição, o credencia muito bem para a tarefa de administrar um Estado até hoje carente de promoções no campo da economia e das finanças. Por ser um técnico e por ter aprendido a valorizar o trabalho dos técnicos, esperam as



Cândido Caldas está nos Estados Unidos

classes produtoras que uma mentalidade administrativa voltada para o planejamento será implantada no Rio Grande do Norte por Cortez Pereira. E ainda mais: a declaração do futuro Governador, de que estará sempre em contato com os empresários, causou a melhor impressão aos líderes da iniciativa privada.

Um bom número de firmas está procurando a Bolsa de Valores do Rio Grande do Norte para obterem registro naquela instituição e, assim, poderem negociar oficialmente suas ações. Até agora, foram registradas as **Confecções Guararapes S/A** (no Mercado Nacional) e a **Companhia Industrial de Rações Balanceadas** (no Mercado Principal). Porém, muitas empresas estão com a documentação pronta para dar entrada ao registro, entre as quais **Alonso Bezerra S/A**, **Moinhos Brasileiros S/A**, **Mineração Tomaz Salustino S/A**, **Jossan S/A**, **Marpas S/A**, **Jessé Freire Agro-Comercial S/A**, **Rionorte — Crédito Financiamento e Investimento e Companhia de Fomento Econômico do Rio Grande do Norte**. Todas elas no Mercado Principal.

A **Mineração Bonfim Ltda.** trabalha em silêncio com uma excelente produção mensal de xelita. A famosa mina de Lages, que durante muito tempo foi explorada pelo garimpo, começa agora a se equipar e a produzir o precioso minério dentro das técnicas modernas. Isto se deve à nova administração encabeçada por Eurico Pereira e Jalmir Pereira, dois

jovens empresários. Eurico é filho de Raul Capitão e o descobridor das jazidas, enquanto Jalmir, seu primo, é advogado. Atualmente, Raul Capitão se dedica prioritariamente à administração de suas propriedades rurais.

Hênio Melo informou que o prazo concedido pelo Banco Central para que a **Companhia de Fomento Econômico do Rio Grande do Norte (COFERN)** — entidade da qual é Presidente — venha a se transformar em **Banco de Desenvolvimento** será cumprido sem dificuldade. Até o dia 30 de junho próximo, o **Banco de Desenvolvimento do Estado** terá condições de funcionar como integrante da rede nacional de Bancos de Desenvolvimento.

As medidas elementares para o seu funcionamento já foram tomadas, como, por exemplo, a construção de novas instalações anexas ao prédio da COFERN. Hênio Melo revela o seu otimismo característico: o **Banco de Desenvolvimento** vai operar inclusive no campo de distritos industriais, o que é uma ótima perspectiva para o Rio Grande do Norte, que já tem importantes estudos sobre o assunto, efetuados pela própria COFERN. Diz Hênio Melo que "o **Banco de Desenvolvimento** é o modelo mais perfeito de financiamento do desenvolvimento".

Marcelo Fernandes, Diretor de RN-ECONÔMICO e Relações Públicas da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte, participou em Porto Alegre da reunião promovida pela **Confederação Nacional da Indústria**, representando o engenheiro **José Nilson de Sá**.

José Pinto Freire, empresário e político, vem de ser eleito Presidente da Câmara Municipal de Natal e, conseqüentemente, vice-Prefeito da cidade. Diretor da **Distribuidora de Automóveis Seridó S/A**, José Pinto Freire vem ocupando uma cadeira na Câmara de Vereadores há várias legislaturas e já esteve na Chefia da Edilidade natalense, quando mostrou qualidades de bom administrador.



Hênio fala em Banco de Desenvolvimento

A **Empresa Industrial Técnica** terá os seus escritórios instalados na melhor sede de empresa já construída no Rio Grande do Norte. Informou o engenheiro **José Nilson de Sá**, Diretor Presidente da EIT, que até o mês de maio a sede da sua firma estará totalmente transferida para o edifício em construção da avenida Salgado Filho, próximo à sede do Departamento de Estradas de Rodagem.

José Daniel Diniz, Presidente do Banco do Rio Grande do Norte S/A, foi aprovado em primeiro lugar no concurso para Técnico de Tributação do Ministério da Fazenda. Do concurso, participaram nada menos de 11 mil concorrentes, sendo que deste Estado também passaram Dalton Melo e Carlos Alberto Chaves, o primeiro professor universitário e o segundo funcionário do Banco do Brasil. Os vinte primeiros colocados no concurso trabalharão no Gabinete do Ministro Delfim Neto.

Cândido Caldas, Diretor Administrativo do BANDERN, fará curso nos Estados Unidos sobre o Desenvolvimento Industrial da América Latina, no Instituto de Tecnologia da Geórgia, Universidade de Atlanta. Cândido foi convidado pela USAID para este curso, que terá duração de 90 dias.

Mineração Tomaz

Mina E

Empresa de mineração (artigo 79, do Decreto-lei n. 227, de 28 de Fevereiro de 1967)

Sede: Currais Novos - RN
Rua Des. Tomaz Salustino, 32

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas,

Damos conhecimento aos acionistas da Mineração Tomaz Salustino S. A. e mais pessoas a quem o assunto possa interessar as informações de praxe sobre as ocorrências mais importantes da empresa no ano findo de 1969.

PRODUÇÃO — Registramos, no ano passado, a maior produção de scheelita dos últimos quinze anos. Até Dezembro de 1969, a Mina Brejuí produziu 511 toneladas métricas do citado minério. Escusado acrescentar que o auspicioso acréscimo da nossa produção, já prenunciado animadoramente no ano de 1968, é o fruto do porfiado esforço de quantos se empenham em melhorar a produtividade e, por via de consequência, o rendimento industrial da Mineração. A adoção de novos métodos de trabalho, a reificação de indesejáveis distorções, a inclusão e exclusão de processos laborativos, deram como resultado a produção record acima registrada. O acontecimento merece registro especial pela sua significação para a liquidez e prosperidade da Companhia.

NOVAS ÁREAS DE PESQUISA — INCREMENTO DA PRODUÇÃO — Em que pese o êxito da administração no que compete ao aumento considerável da produção da Mina Brejuí, capacitou-se a diretoria da necessidade de ampliar mais e mais a produção de minério, não só pela óbvia razão dos benefícios que para a empresa resultam do acréscimo, como pela circunstância de que, para a instalação de uma indústria de transformação — meta tenazmente perseguida pela administração — faz-se indispensável uma produção considerável, que assegure, quanto ao fornecimento da matéria prima, a necessária tranquilidade para o êxito operacional do empreendimento e satisfatórias condições competitivas do produto elaborado. Para tanto, a diretoria se empenha, há meses, em trabalho de pesquisa em promissora área da propriedade "Renato" e arrendou duas jazidas já conhecidas, denominadas "Oiticica" e "Louros", situadas no município de São Tomé, deste Estado. A administração tem fundadas esperanças de alcançar em futuro, breve, uma satisfatória produção nas áreas mencionadas, o que constituirá uma acentuada vantagem não só para locatários como locatários.

EXPORTAÇÃO — DIVISAS — O ano de 1969 marcou, para a empresa um record sem precedentes no que toca a vendas para o exterior. As nossas vendas para a Europa alcançaram exatamente a quantia de Hum Milhão, setecentos e cinquenta e seis mil, trezentos e quarenta e quatro dólares e dezoito centavos — US\$ 1.756.344,18. A título de informação, fornecemos abaixo os quantitativos em dólares das nossas exportações, nos últimos cinco anos, por onde se verifica a curva ascendente do valor das nossas vendas para o exterior.

1965	—	US\$	296.703,37
1966	—	US\$	420.883,90
1967	—	US\$	840.283,29
1968	—	US\$	1.153.236,75
1969	—	US\$	1.756.344,18

Apraz-nos registrar que o valor, em dólares, das nossas vendas, sôbre constituir um fato altamente auspicioso para a liquidez e solidez da nossa empresa, extrapola, sem dúvida, do interesse privado da Companhia, para constituir-se um resultado de manifesto interesse nacional. O governo, ante o aflitivo desequilíbrio do nosso balanço de pagamento, proclama que "Exportar é a solução". Nós, mineradores do Seridó, estamos sem dúvida, concorrendo com a nossa parcela para o ingente esforço em que se empe-

nha o governo para a promoção do nosso desenvolvimento. O valor das nossas exportações, o ano passado, representa a quase totalidade de todas as exportações de algodão efetuadas no Estado do Rio Grande do Norte. Não confrontamos dados para situar-nos, valdosamente, em uma situação privilegiada, mas tão-somente para registrar que a nossa terra, em se trabalhando, tudo dá. Sem querer avançar prognósticos, é provável que, este ano, se os preços se mantiverem altos e as novas áreas trabalhadas derem o resultado que esperamos, a cifra resultante das exportações ultrapassará a de 1969.

CAPITAL PRÓPRIO — Trabalhar com capital de giro próprio constitui a situação ideal para a empresa que não quer ser surpreendida com as crises do mercado, retração de crédito etc. Além do mais, consulta os interesses da economia do país, pois o apelo imoderado ou invariável ao crédito constitui fator que promove ou agrava a inflação. Curioso observar que tal diretriz é interpretada, a mais das vezes, como provincialismo que não mais afina com as coordenadas da moderna economia. Nada mais errado. Investimos, incessantemente, em favor da ampliação das nossas atividades industriais-comerciais, mas o fazemos, invariavelmente, com os nossos próprios recursos, o que concorre, decisivamente, para a solidez e liquidez da nossa empresa e ajuda a política de contenção do surto inflacionário.

REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA — No propósito de dotar a nossa Companhia de uma estrutura que, nos múltiplos setores da sua atividade, refletisse e incorporasse as mais recentes aquisições no campo da ciência e da prática da administração de empresa, contratamos os serviços da "Consultoria de Direção e Organização de Empresa S.C.". Como resultado do intensivo trabalho procedido nos setores de contabilidade, manutenção, planejamento de produção, ordenamento e controle das atividades do "engenho", revisamento do tráfego humano e de material, identificação e eliminação dos pontos de estrangulamento do trabalho produtivo etc., estamos alcançando, já agora, auspiciosos resultados, que se acentuarão com o decorrer do tempo.

RESERVAS FINANCEIRAS — Sabem os Senhores Acionistas que uma empresa de mineração necessita de consideráveis reservas a fim de fazer face as periódicas e graves depressões do mercado, notadamente em relação a extração, beneficiamento e venda de scheelita. Para obviar as ruinosas consequências das bruscas oscilações dos preços, vimos adquirindo Letras Imobiliárias que, até 31 de dezembro de 1969, alcançaram a soma de NCr\$ 2.285.000,00 (dois milhões duzentos e oitenta e cinco mil cruzeiros novos). Tais reservas em Letras Imobiliárias, a'ém de renderem juros compensadores, assegura-nos uma completa tranquilidade quanto aos recessos e retraimento do mercado de compra e venda de minério.

PROSPECÇÃO — RELATÓRIOS FINAIS — Apraz-nos informar aos Senhores Acionistas que o Departamento Nacional da Produção Mineral fez-nos a entrega dos relatórios finais da prospecção e dimensionamento da Mina Brejuí. O ato, que se revestiu de solenidade, contou com a honrosa presença e participação do Dr. Ronaldo Moreira da Rocha, Diretor Presidente da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais; Dr. Francisco das Chagas Pinto, Diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral; Dr. Moacyr Vasconcelos, Diretor do C.P.R.M., do Chefe do 4.º Distrito do D.N.P.M., engenheiros e geólogos do Ministério das Minas e Energia, diretores da empresa, funcionários e autoridades. A prospecção feita, pela sua importância, constitui para a nossa empresa um lúcido roteiro nas operações de extração do minério e um dimensionamento das potencialidades da mina que nos fornece seguras bases para um subseqüente desdobramento das nossas atividades industriais.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Mineração Tomaz Salustino S.A., no desempenho das suas atribuições legais estatutárias, procederam a um completo exame no balanço, conta de lucros e perdas e demais papéis atinentes ao assunto, referente ao exercício findo de 1969, apresentados pela diretoria da referida empresa, e concluíram pela inteira regularidade dos ditos documentos e papéis, que se apresentam em ordem e correção, pelo que expres-

samente em todos eles concorda e, por isto, os recomenda a aprovação da assembléia de acionistas.

Currais Novos, 18 de março de 1970.

aa) Vivaldo Pereira de Araújo

Josué Pereira do Nascimento

Pedro Macêdo Soares de Araújo

Prof. Mário Moacyr Porto
Diretor Presidente

Eng. Sílvio Bezerra de Melo
Diretor Executivo

Eng. Sílvio Car
Diretor de Rel

Salustino S. A.

Brejui

Escritório Comercial
Rua Vigário Bartolomeu, 635
Ed. 21 de Março, Sala 510/511
Natal — Rio Grande do Norte



Balanço encerrado a 31 de Dezembro de 1969

A T I V O

DISPONIVEL			
DISPONIBILIDADES IMEDIATAS			
Caixa	5.145,83		
Bancos c/Movimento	1.070.595,94	1.075.741,77	
REALIZAVEL A CURTO PRAZO			
DEVEDORES DIVERSOS			
Devedores p/Duplicatas	142.000,00		
Devedores em c/Correntes	21.344,10		
Cambiais	421.008,44	584.352,54	
DEVEDORES TRANSITORIOS			
Adiantamentos a Oper. e Empreg.	6.281,82		
Adiantamentos p/Compras e Despesas de Viagens	16.700,00		
Adiantamentos a Empreiteiros e contratantes	17.332,00		
Adiantamentos s/Compras	31.646,01		
Auxílios Transitórios	4.932,62	76.952,45	
ESTOQUES			
Minérios	84.000,00		
Almoxarifado	943.142,72	1.027.142,72	1.688.447,71
REALIZAVEL A LONGO PRAZO			
INVESTIMENTOS			
Ações de outras empresas	173.223,00		
Letras Imobiliárias	2.285.000,00	2.458.223,00	
IMOBILIZADO			
IMOBILIZAÇÕES TÉCNICAS			
Divulgadora Brejui	196,09		
Equipamentos Técnicos	128.065,45		
Ferramentas	6.656,23		
Grupo de Máquinas de Terraplanagem	17.329,57		
Imóveis	35.349,53		
Instalações Elétricas	80.193,38		
Máquinas	603.860,83		
Móveis e Utensílios	74.099,06		
Réde de Encanação	1.677,92		
Veículos	199.170,91		
Construções Novas	7.594,45		
Correção Monetária	986.841,11		
Biblioteca	36,00	2.201.070,53	
IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS			
Cauções	1.618,69		
Adicional de Renda	14.894,42		
B.N.B. — C/Depósito	130.889,49		
Depósito de Garantia	82,99	147.485,59	2.348.556,12
Sub-Total			7.570.968,60
COMPENSAÇÃO			
VALORES DE TERCEIROS			
Ações Caucionadas		50.000,00	
TOTAL DO ATIVO			7.620.968,60

P A S S I V O

INEXIGIVEL			
PATRIMONIO LIQUIDO			
Capital	1.012.910,00		
Fundo de Reserva Legal	367.248,63		
Fundo de Reserva Especial	367.388,63		
Fundo de Reserva p/Renovação de Máquinas	1.404.832,01		
Fundo de Reserva p/Aumento de Capital	734.124,33		
Lucros Suspensos	53.709,92		
Fundo p/Ampliação do Parque Industrial	1.154.397,25		
Fundo de Prospecção e Pesquisas Minerais	1.074.602,00	6.169.212,77	
RETIFICAÇÕES DO ATIVO			
Fundo p/Depreciação	24.395,93		
Correção Monetária	931,11	25.327,04	6.194.539,81
EXIGIVEL A CURTO PRAZO			
CREDORES DIVERSOS			
Credores p/Duplicatas	127.761,71		
Adiantamentos s/contratos de Câmbio	310.988,00		
Credores s/iniciamento	44.914,20	483.663,91	
RESPONSABILIDADES TRANSITORIAS			
Dividendos a Distribuir	890.900,83		
Contribuições a Recolher	1.046,03		
Impostos à Recolher	818,02	882.764,88	1.376.428,79
Sub-Total			7.570.968,60
COMPENSAÇÃO			
VALORES DE TERCEIROS			
Caução da Diretoria		50.000,00	
TOTAL DO PASSIVO			7.620.968,60

Corrais Novos (RN), 31 de dezembro de 1969

MARIO MOACYR PORTO
Diretor-Presidente

NALVA STELLA DE ANDRADE
Téc. em Contabilidade — Reg. 1.004 — CRC/RN

Demonstrativo da Conta "Exercício Industrial" em 31.12.69

D É B I T O			
CUSTO INDUSTRIAL			
Saldo existente	NCr\$	2.951.171,16	
MINÉRIOS			
Estoque inicial	NCr\$	55.000,00	
TOTAL	NCr\$	3.006.171,16	
C R É D I T O			
LUCROS & PERDAS			
Rédito bruto verificado	NCr\$	3.006.171,16	

Demonstrativo da "Conta de Lucros & Perdas" em 31.12.1969

D É B I T O		C R É D I T O	
Exercício Industrial	3.006.171,16	Vendas Líquidas	7.950.501,54
Despesas Administrativas	1.185.131,29	Receitas Financeiras	20.715,93
Previdência e Assistência Social	186.544,79	Minérios	
Despesas Financeiras	114.646,85	Estoque final	84.000,00
Fundo de Reserva Especial	178.136,16	TOTAL	8.055.217,42
Fundo de Reserva Legal	178.136,16		
Fundo de Reserva p/Aumento de Capital	356.272,34		
Fundo de Reserva p/Renovação de Máquinas	534.408,50		
Fundo p/Ampliação do Parque Industrial	356.272,34		
Fundo p/Prospecção e Pesquisas de Minérios	1.068.817,50		
Dividendos à Distribuir	890.680,33		
TOTAL	8.055.217,42		

Corrais Novos (RN), 31 de dezembro de 1969

MARIO MOACYR PORTO
Diretor-Presidente

NALVA STELLA DE ANDRADE
Téc. em Contabilidade — Reg. 1.004 — CRC/RN

Carvalho Salustino
Relações Públicas

Ec. Marcelo Mario Porto
Diretor Comercial

Eng. Reno Moreira Bezerra
Diretor Superintendente

Sêca é verdade e agricultores pedem anistia ao Banco do Brasil

O encontro de Prefeitos do Interior e de deputados com o Superintendente da Sudene, realizado há uma semana no Palácio do Governo, com a presença do monsenhor Walfredo Gurgel resumiu, em duas horas dramáticas, nos adjetivos e gestos dos participantes, uma certeza trágica: a sêca já chegou ao Rio Grande do Norte.

Com ela, uma decepção: a impossibilidade, confessada pelo General Tácito de Oliveira, de serem tomadas pela Sudene medidas imediatas e eficazes no combate à situação, criada com a estiagem em quase todos os municípios.

Planejamento — O General-Superintendente tentou mostrar aos Prefeitos, alguns desesperados como o do Açu, a impraticabilidade da decretação do estado de sêca no Rio Grande do Norte, afirmando que “antes de mais nada é preciso pesar os prós e os contras da medida”

Os prós podem ser previstos facilmente: abertura de frentes de trabalho, verbas especiais e a realização de obras mais ou menos esquecidas em épocas normais. Os contras: a decretação do estado de sêca poderia trazer como consequência, uma redução nos investimentos que vêm sendo feito através dos artigos 34/18, provocando, a longo prazo uma crise maior, pela paralisação das indústrias que tentam implantar-se no Estado atualmente.

Este planejamento da Sudene tem exasperado a alguns, como o deputado Paulo Gonçalves, de Jardim do Seridó, que chegou a afirmar, em violento discurso pronunciado na Assembléia, que “a Sudene tem mocinhas de perucas e mini-saias e rapazes de calças justas em escritórios magníficos, mas talvez não tenha planos para resolver a difícil situação do Nordeste”.

Nem todos, porém, são tão radicais e pessimistas. O Plano de

Emergência da Sudene para o caso de sêca existe (RN-Econômico nº 7), mas somente será pôsto em execução se o estado de calamidade pública fôr decretado oficialmente, e não em consequência do clamor levantado por alguns Prefeitos, às vêzes in-consequentes.

Memorial — A falta de chuvas, contudo, é real. Em memorial enviado à direção geral do Banco do Brasil, criadores potiguares perguntam ao chefe da Carteira de Crédito Geral do estabelecimento: “que idéia tem V. S. do pequeno agricultor e criador, diante da assistência proporcionada pelo Governo durante a década de 60? Essa assistência creditícia teria contribuído para a promoção material e social dos que vivem trabalhando no campo?”

E, em seguida, respondem, eles mesmos: “Pedimos vênias a V.S. para dizer que não. A ajuda que os Governos deram, a assistência recebida não foram suficientes para melhorar a situação do campesino. Ele continua cada vez mais pobre, suas terras hipotecadas e sem crédito, seu rebanho dizimado por força dos empréstimos contraídos e das obrigações assumidas, sem possibilidade de receber nenhuma ajuda, a não ser que o atual Go-

vêrno queira dar uma solução imediata, através de uma **anistia geral** a quantos estejam com os créditos abalados por força dos empréstimos até agora contraídos”.

Além da sêca, há várias causas para o empobrecimento gradativos dos proprietários rurais do Rio Grande do Norte e da região, segundo o memorial: os juros altos (até 22% ao ano), as comissões estabelecidas e cobradas em consequência dos empréstimos obtidos, o imposto devido ao IBRA, que deveria ser calculado em bases inferiores, considerando-se a improdutividade das terras na área do Nordeste, vem sendo cobrado nas mesmas bases das terras férteis das demais zonas do País, entre outras coisas.

Agora, que todos começam a gritar, a palavra está com os órgãos do Governo. A agropecuária do Estado está em situação difícil, que poderá passar a insustentável se não chover dentro das próximas duas semanas, segundo declarações feitas por um técnico da Sudene a um jornal pernambucano. Se as chuvas não vierem, a disposição do Piauí em declarar estado de emergência será seguida muito breve pelo Rio Grande do Norte.

Paulo Afonso em tôdas as povoações que tenham mais de mil habitantes

A programação de aniversário da Revolução de 1964 teve na eletrificação um dos pontos principais — para mostrar quantas cidades foram eletrificadas e, particularmente, para revelar que havia um atraso de quase dez anos nesse setor, no Rio Grande do Norte.

Para o sr. Rômulo Galvão, presidente da Cosern, só em 1964 foi iniciado o plano de eletrificação do Estado quando apenas cinco cidades — Santa Cruz, Tangará, Serra Caiada, Natal e Macaiba — tinham recebido esse benefício.

Hoje, seis anos depois, nada menos do que 71 cidades já estão eletrificadas, o que reforça um pronunciamento do governador Walfredo Gurgel: “Tôdas as povoações com mais de 1.000 habitantes estarão eletrificadas ao final do meu governo”.

Diretrizes e Programas — O sr. Rômulo Galvão explica o atraso de dez anos: “Levando em conta que a Hidro-elétrica de São Francisco começara sua operação em 1955, e para isso, já se tinham iniciado, ou se estavam iniciando, os planos de eletrificação da maior parte dos Estados nordestinos, a nossa arrancada nêsse setor se fazia com um atraso de quase dez anos”.

Houve pontos de dificuldades existentes, especialmente porque a situação refletia a falta de programação integrada, “que já há muito contribuía para distorções e desequilíbrios dentro da região”

Mas, segundo o sr. Rômulo Galvão, os programas parciais, para serem ampliados no futuro foram elaborados abrangendo as regiões do Seridó, Agreste, Serrana, Salineira, Litoral e Centro-Norte. E as obras foram executadas.

Tanto, que muitas já concluídas levaram algum tempo para entrar em operação, “mas adquiriram tôdas, regime de prioridade

nas programações da CHESF”, acentua o sr. Rômulo Galvão.

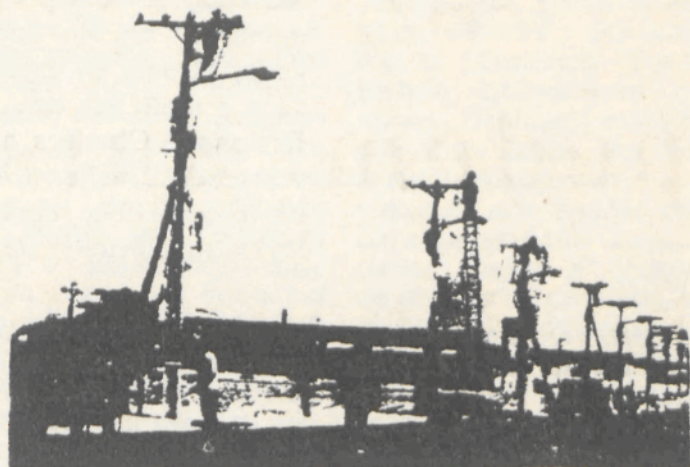
Para atingir a execução da distribuição de energia elétrica em 71 municípios do Rio Grande do Norte, foram decisivos o apoio e a participação “ampla e efetiva do Governo Estadual, Governo Federal, no Governo da Revolução”.

Atualmente, o maior contingente da população ativa do Estado, cêrca de 70%, está ligado às atividades do campo, que tem na situação econômica geral influência muito expressiva. Daí a eletrificação rural significar a decisiva participação na elevação do nível de desenvolvimento econômico e social do Estado.

Para o sr. Rômulo Galvão, o Rio Grande do Norte é hoje uma das regiões do Nordeste que tem os estudos mais completos, em termos de viabilidade, para os projetos de eletrificação rural.

Caminhos da Eletrificação — A Serra de Santana, por exemplo, “de excelentes condições agrícolas”, formada pelos municípios de Currais Novos, São Vicente, Florânia, Santana do Matos, Cerro Corá, já dispõe de uma linha rural até Lagoa Nova, com extensão prevista — “ainda nêste semestre” — para Cerro Corá.

Na região do Vale do Açu, um amplo programa de eletrificação rural está sendo realizado através de convênio CERNE-INDA,



utilizando como apoio a linha da COSERN em Açu-Ipanguassu. Esse programa deverá ser estendido para abranger os municípios de São Rafael, Alto do Rodrigues, Carnaubais e Pendências.

Os entendimentos mantidos pela COSERN com a SUDENE e a CERNE, por seu turno, prevêem ainda para êste ano a construção de outro sistema rural, na área compreendida por parte dos municípios de Parnamirim, Macaiba e São Gonçalo do Amarante — onde se localizam algumas propriedades das mais atuantes no setor agro-pecuário do Estado.

Para o programa de eletrificação do Rio Grande do Norte, no ano de 1969, os recursos financeiros (da SUDENE, do Ministério de Minas e Energia, dos municípios com financiamentos do BANDERN e do BNB, e do Governo do Estado) atingiram a cifra de mais de 2 milhões de cruzeiros novos. Para 1970, as previsões são de NCr\$ 3.710.000,00 — com a parcela de investimento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, com juros de 3,25% e prazo de vinte anos.

O Rio Grande do Norte está, dêste modo, em fase de relevantes perspectivas. Basta ver que, no Nordeste, as taxas normais de crescimento de consumo anual são de 16%. No Rio Grande do Norte, são de 25 a 32% — “o que faz ver que estamos numa fase de expansão considerável”.

Universidade / Empresa -- Um novo caminho

A reforma universitária brasileira que agora chega ao Rio Grande do Norte, traz em suas novas adoções um programa visando ao entrosamento da Escola Superior com a iniciativa privada, através da inter-relação das duas entidades para a melhoria dos nossos padrões técnicos-profissionais. Obedece a uma nova filosofia da Universidade Brasileira que prevê, inclusive, a participação de dois representantes das classes produtoras no Conselho de cada Universidade.

Para a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, essa integração se inicia pela Escola de Ciências Econômicas que já está elaborando um plano a fim de por em prática a nova orientação. O Professor João Wilson, diretor daquela unidade, encaminhou ao escritório de planejamento **Know-How**, do Recife, o trabalho de estruturação da Comissão de Intercâmbio Faculdade/ Empresa que tão logo esteja concluído dará condições para execução do programa.

OBJETIVOS

Estabelecer a presença de homens de empresa na assessoria da direção superior da Faculdade, para constatação das aspirações sócio-econômicas; levar aos alunos e empresários a noção da importância da compatibilidade entre os interesses nacionais e os interesses privados; estabelecer a cooperação necessária ao treinamento profissional; estabelecer a colaboração financeira das empresas na ampliação ou aprimoramento de certos setores de ensino de seu interesse; formulação de pesquisas para as empresas; participação de técnicos de empresas no ensino, nos assuntos especializados, na qualidade de conferencistas, expositores e treinadores; contato de profes-

sos e alunos os problemas da agricultura, comércio e indústria, através de visitas, estágios dirigidos e emprêgos, são os objetivos básicos da Reforma.

Para o Professor João Wilson, a cargo de quem está a responsabilidade de implantação do programa, a iniciativa de integração faculdade/empresa tem uma importância bilateral pois, "enquanto prepara o estudante na prática com os assuntos ensinados nos livros, deixa às empresas dos mais diferentes tipos de atividade um saldo positivo no que concerne à mudança dos processos empíricos e à melhoria da sua organização e funcionamento". O professor Severino de Brito, da cadeira de "Organização e Métodos", acha que "a integração é uma necessidade para o aperfeiçoamento, porque assim o técnico pode ter visão real dos problemas e adquirir conhecimento através do estudo de suas soluções". O jovem Flávio Alcides, já afeito aos problemas de negócios empresariais, e estudante de Ciências Econômicas, acredita que "o programa tem um significado tanto para o homem de empresa como para o estudante, porque aproxima o campo prático do científico, em favor de uma renovação sócio-cultural".

A EXPERIÊNCIA

Embora no Brasil o caso comum seja o início dessa integração através das Escolas de Engenharia, entre nós se dará através das Ciências Econômicas dada as condições peculiares desse setor. Os objetivos visados pela Comissão que está se estruturando para por em prática o programa no Rio Grande do Norte foram recomendações de um seminário sobre "Entrosamento Ensino Superior/Empresas", realizado pelo Conselho Federal de Educação, e do Instituto Roberto Simonsen, de São Paulo, que trata especificamente do assunto. Para conseguir ajuda de outros organismos a fim de que melhor possa se desenvolver entre nós o programa, o Professor João Wilson vai celebrar convênios em nome da Faculdade de Ciências Econômicas com o Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico-Social — Mudes — e com o próprio Instituto Roberto Simonsen.

A Faculdade de Ciências Econômicas já iniciou experiências voltadas para esse fim, tendo há poucos dias ministrado curso de Gerência Empresarial para estudantes e funcionários em cargos de direção em al-

gumas firmas natalenses. O curso contou com a participação de 16 pessoas, cujos diplomas serão entregues no dia de instalação da Comissão Permanente que cuidará da integração Faculdade/ Empresa. Ainda está estruturado o Centro de Treinamento e Pesquisas da Faculdade, no sentido de preparar os alunos para o trabalho de pesquisas de mercado e análise de estruturas administrativas tanto de firmas particulares como de órgãos oficiais de administração.

Dizendo que confia no apoio dos homens de empresa, o Prof. João Wilson está devotado à integração, mantendo contatos com organizações de classe e com firmas do Estado, além de se preocupar em organizar setores internos da própria Faculdade que são de imensa repercussão dentro desse novo trabalho. Assim é que está sendo reorganizada a biblioteca da Escola de forma especializada para atendimento não só aos alunos como também aos homens de empresa; preparando cursos intensivos que serão ministrados aos estudantes conforme o período normal de funcionamento da Faculdade e adotando outras providências indispensáveis.

Mineração ao compasso das guerras

A extração de minério no Rio Grande do Norte — que já teve registrada ocorrência de ouro na serra do “Cabelo Não Tem”, em Pau dos Ferros, no século XIX — está dividida em quatro fases três delas ligadas a guerras prolongadas que exigem maior quantidade de material bélico. No final da primeira fase da mineração do Estado, nos últimos anos da década de 30, havia o interesse pela **TANTALITA, COLUMBITA E BERILO**, minérios empregados pela indústria bélica na fabricação de armas. O segundo ciclo vai de 1940 a 1960. Nêsse espaço de vinte anos devido a eclosão do conflito com a Alemanha ter assumido proporções mundiais, os minerais estratégicos subiram de cotação e a procura aumentava em todas as regiões do Estado. Com o garimpo apareciam novas variações minerais e, a mais importante delas, a Schelita na época começava dar seus primeiros sinais.

Ascensão e queda — Quanto maior o esforço bélico ia se tornando tanto menor era o número de metais bélicos para atender a demanda exigida pelos países envolvidos no conflito. Verificava-se nas regiões minerais do Estado, uma verdadeira febre face aos aumentos sucessivos das cotações dos metais estratégicos no mercado das exportações. O escritório do Departamento de Produção Mineral instalado em Campina Grande — e o da Comissão de Compras do Governo dos Estados Unidos exerceram papel importante na mineração da época. As pequenas ocorrências de xilita (hoje o nome já está “abrasileirado”) foram aumentando e foi nêste período que se verificou a descoberta da maior parte das minas.

Terminada a guerra, cessou também a atividade da Comissão de Compras do Governo Americano e, conseqüentemente, devido ao extrativismo mineral da época estar diretamente orientado às solicitações da Comissão verificou-se um declínio considerável na produção do Estado.

Nova Guerra — Entravam os anos 50 e abria-se uma nova frente de luta. Na Coréia os homens pegavam em armas e o conflito ameaçava tomar proporções de uma terceira guerra mundial. Nova escalada de minérios no Rio Grande do Norte. Novas ocorrências de minerais. Mas, o fato mais importante da época foi o das primeiras experiências de lavra racional nas jazidas de xilita. No conjunto destacaram-se as minas **Brejui e Barra Verde** no município de Currais Novos. Ao mesmo tempo se verificava maior atividade extrativa nas jazidas de Gêsso em Mossoró. Com o fim do conflito a indústria mineira do Estado se ressentiu dos baixos preços do Mercado Internacional, paravam de operar diversas minas, entre elas a do **Bodo** e a **Cafuca** — em Santana do Matos, **Bonito** — São Rafael além de pequenas minas e garimpos de xilita, **tantalita, berilo e columbita**, em diversos pontos do Estado. A esta fase sobreviveram a mina **Barra Verde**, do grupo **Wachang** e a mina **Brejui**.

O Mundo está mudando — Os anos 60 se caracterizaram, economicamente, pelo desenvolvimento intenso e progressivo da tecnologia. Para os minerais raros e estratégicos do Rio Grande do Norte, isso representou, e ainda representa, uma conquista gradativa de uma posição estável dos preços no Mercado Internacional.

Segundo trabalho elaborado pelo Departamento Técnico da Cofern metais como o Tungstênio, Tântalo, Nióbio Berilo, Lítio, Molibdênio Bismuto e outros, já não são empregados apenas pela indústria bélica, mas aumenta ano a ano seu consumo e o seu emprego.

Como se vê, o desenvolvimento da mineração no Rio Grande do Norte, não está a depender somente do desencadeamento de conflitos de proporções graves, como nas suas primeiras fases.

Coragem — De 60 a 70 os preços dos minérios produzidos pelo Estado foram considerados muito bons, apresentando poucas oscilações. Mas, ainda permanece nos homens da região, segundo o trabalho do Departamento Técnico a visão de que o extrativismo mineral é recurso para sobrevivência apenas durante os períodos de estiagem. Os insucessos das outras fases, quando a mineração potiguar dependia tão somente das guerras, ainda deixa marcas profundas que refletem na história mineira do Estado, cuja produção ainda atinge seus índices mais baixos.

Embora seja pequena a produção vê-se esta fase como a melhor em

têrmos de perspectivas para o futuro. Foi nela que se formaram os primeiros Engenheiros de Minas, Geólogos em Recife e na Bahia. Foi iniciado o mapeamento sistemático das regiões mineralizadas (mais importantes, houve a criação da divisão de Geologia da **Sudene** e dinamização das atividades do Departamento Nacional de Produção Mineral. Em 1965 o Ministério das Minas elaborou um **Plano Mestre Decenal para Avaliação de Recursos Minerais do Brasil**, que começou a se esboçar através de trabalhos objetivos e de alto índice técnico, tais como o Projeto **Tungstênio-Molibdênio** responsável pelos trabalhos de qualificação e quantificação das reservas da **Mina Brejui**, já concluídos, e em outras jazidas do Estado.

Concluem os técnicos que os poderes constituídos compreenderam a importância de uma “Política Mineral Independente e traduziu o amadurecimento desta posição através de medidas de caráter prático, técnico e econômico criando instrumentos de incentivo para o desenvolvimento e implantação de uma indústria mineira no País”.

Finalizam dizendo que os reflexos destas medidas fizeram-se sentir “nas classes empresariais do Estado e o descobrimento da mina **Bonfim** em Lajes, despertou a população potiguar como um todo a uma nova corrida para o minério, destruindo os receios de insucessos e a falsa visão do extrativismo mineral até então existentes”.

Crédito, Financiamento & Investimento

Pôrto de Natal — Já está consignado no Orçamento do Ministério dos Transportes a importância de um milhão e 300 mil cruzeiros novos para ser empreendida a reforma do Pôrto de Natal. E o mais importante: com esses serviços o nosso pôrto terá condições de receber navios de qualquer calado. O ministro Mario Andeazza informou que os trabalhos compreenderão a derrocagem do canal de acesso — retirada da "pedra da baixinha" —, reforço de enrocamento de apóio do cais, pavimentação de diversas áreas e aquisição de ampilhadore. Todos estes serviços, de acordo com informações do Ministério dos Transportes, estarão concluídos até o final do ano.

Pôrto-Ilha — Com um capital autorizado de 60 milhões de cruzeiros novos, a **Termisa** — Terminais Salineiros do Rio Grande do Norte, cuida da construção dos terminais saleiros de Macau e Areia Branca. Companhia de economia mista com 51 por cento de participação financeira do Governo Federal e 49% dos salineiros de Macau, Areia Branca e Mossoró a **Termisa** construirá portos-ilhas, primeiro o de Areia Branca, para solucionar o difícil problema do transporte do sal.

Durante o ano de 1969 a **Mineração Tomaz Salustino S/A** exportou 1 milhão, 756 mil, 334 dólares e 18 centavos. Para se ter idéia do quanto foi exportado basta se dizer que o montante em dinheiro ultrapassa todo volume de exportação de algodão do Rio Grande do Norte pelo Pôrto de Natal. Com êstes resultados a **Mineração Tomaz Salustino** é a primeira empresa do Nordeste que, individualmente, mais exportou em 1969. Para 1970 o volume das exportações da **Mineração** está previsto para 2 milhões de dólares. Um detalhe: em cinco anos esta empresa quintuplicou as suas exportações.

Controle Acionário — A **Empresa Industrial Técnica** assumiu o controle acionário de duas importantes firmas construtoras do Ceará tendo adquirido também todo o equipamento de outra construtora de igual importância no Piauí. Com isto a **EIT** é hoje um dos maiores empórios de engenharia rodoviária do Brasil. A 1º de maio a **Empresa Industrial Técnica** deverá inaugurar seu escritório sede de Natal na avenida Salgado Filho, imediações do DER.

Receba RN-Econômico

em seu próprio escritório, através de um sistema de distribuição eficiente. Faça a sua assinatura semestral por apenas NCr\$ 15,00 na

Editora RN-Econômico Ltda.

Rua Seridó, 426 — 1.º andar

Diretores

Marcelo Fernandes
Marcos Aurélio de Sá

Editor Geral

Antônio Melo

Redatores

Albimar Furtado
Alcimar de Almeida
Djair Dantas
João Gualberto Aguiar

Colaboradores

Ademar de Medeiros Netto
Benivaldo Azevedo
Eider Furtado
Francisco C. Queiroz
Geraldo José de Melo
Hênio Melo
Heyder Moura
João Batista Cascudo Rodrigues
João Wilson M. Melo
Jomar Alecrim
Leonardo Bezerra
Mário Moacyr Pôrto Moacyr Duarte
Ney Lopes de Souza
Otto de Brito Guerra
Reginaldo Teófilo
Severino de Brito

Depart. Fotográfico

Jaeci Emerenciano

Departamento Comercial

Francisco Elias
Rossini Ferraz

Arte

Antônio Lopes

RN-Econômico, revista, especializada em assuntos econômicos, financeiros e políticos, é de propriedade da Editora **RN-Econômico Ltda.** — Rua Seridó, 426. 1º andar, Natal (RN) — e impressa na **Gráfica Manimbú** — Rua Açú, 666, Natal-RN — Preço do exemplar: NCr\$ 1,50. — Números atrasados: NCr\$ 2,00 — Preço da Assinatura Semestral: NCr\$ 15,00.

Faculdade de Economia faz pesquisa sobre a produção interna do RN

Uma pesquisa que se desenvolve há mais de um mês vai dizer o volume da produção do Rio Grande do Norte durante os últimos cinco anos. Partindo do trabalho do barbeiro e da manicure até atingir a produção industrial das maiores empresas do Estado serão medidas monetariamente para que se possa analisar o desenvolvimento do Estado, conhecer suas áreas de expansão e, muito mais

que isso, se chegar a saber quais as distorções que estão existindo para que se tente fazer as devidas correções.

Várias equipes de pesquisadores estão espalhadas pelos diversos pontos do Estado colhendo todos os informes para que se possa partir para a análise posterior. Após este trabalho de campo, se partriá para a compilação dos resultados em mapas demonstrativos pelos quais se terá

condições de saber quanto se tem investido nesses cinco anos na formação de capital, mais explicitamente o total de dinheiro gasto pela indústria e o setor de serviços na aquisição de bens de produção. Mais importante ainda, se terá um retrato do que está sendo adquirido no Estado e o que está sendo importado de outras unidades da Federação, podendo-se assim avaliar outras indústrias de importância para o Rio Grande do Norte.

Regional — A pesquisa tem âmbito regional e é promovida pela Sudene que necessita de informações sobre produto e formação de capital pri-

vado nos setores industrial e de serviço. A consulta abrange indústrias, comércio, hotéis, cinemas, clubes, transportes, comunicações, educação, saúde construção civil, rádio, televisão e serviços pessoais — alfaiates, manicures, barbeiros e engraxates. Até maio o trabalho deverá estar concluído no Estado, estando sendo realizado pelo **Centro de Pesquisas e Treinamento da Faculdade de Ciências Econômicas**, que recebe para gastos com pessoal, material e transporte 38 mil cruzeiros novos da Sudene, que para auxiliar os pesquisadores também mandou dois técnicos em pesquisa.

Companhia Alvimar - Indústrias Químicas de Alginatos

C.G.C. 07.292.675

RELATÓRIO DA DIRETORIA A SER APRESENTADO A ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias a Diretoria desta Companhia apresenta à apreciação da digna assembléia e ao Conselho Fiscal o Relatório referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1969, que segue: Inicialmente consigna-se um voto de pesar pelo falecimento do Dr. João Gabriel Perboyre Quinderé um dos fundadores da Companhia e seu Diretor Superintendente. Pela Assembléia de 20 de novembro de 1969 foi transferida a sede da Companhia de Fortaleza para Natal e preenchidos cargos na Diretoria. Por indicação da Diretoria e do Conselho Consultivo, está exercendo interinamente o cargo de Diretor Superintendente o Dr. Dioclécio Dantas Duarte. Os trabalhos de implantação da nossa indústria em Fortaleza, João Pessoa e Natal estão em desenvolvimento normal sendo que em Natal está a findar a construção da primeira unidade. Possuímos, total-

mente pagos nessas três cidades três terrenos de dimensões industriais e cinquenta e cinco terrenos postos de colheita e secagem de algas. Não houve ainda transações em razão da fase de implantação em que estamos. A assembléia geral ordinária deve eleger o Diretor Superintendente cujo mandato findará com o da Diretoria e fixar-lhe os honorários respectivos. Necessário, outrossim eleger os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes para o exercício de 1970, fixando a remuneração dos membros efetivos. Este o Relatório que se submete à apreciação da assembléia geral ordinária e do Conselho Fiscal.

Natal, 27 de fevereiro de 1970.

CARLOS PEREIRA DE ALMEIDA RAPOSO — VLADIMIR JAN HLOUSEK DE JILOVICE DE STERNBERG, CONDE DE — DIOCLÉCIO DANTAS DUARTE.

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1969

Natal — Fortaleza — João Pessoa

Capital Social Autorizado	15.307.000,00	
Capital Subscrito	3.298.552,00	
Capital Integralizado	3.298.552,00	
A Disposição da Diretoria	12.008.448,00	

A T I V O

11 — DISPONÍVEL		
01 — Caixa	19.712,44	
03 — Bancos c/Movimento	183.911,17	203.623,61
12 — REALIZÁVEL		
03 — Devedores Diversos		118.398,48
13 — IMOBILIZAÇÕES		
01 — Terrenos	146.208,00	
02 — Obras Preliminares e Complementares	130.950,48	
03 — Edificações	24.202,98	
04 — Instalações Industriais	1.697,13	
05 — Estudos, Projetos e Detalhamentos	82.009,04	
06 — Marcas, Patentes e Privilegios	1.250.000,00	
10 — Móveis e Utensílios	24.549,37	
11 — Despesas de Implantação	295.263,05	
13 — Imóveis	21.100,00	2.186.081,15
15 — VINCULADO		
01 — Banco do Nordeste do Brasil — Art. 34/18		897.814,00
17 — TRANSITÓRIO		
01 — Ações a Emitir		12.008.448,00
18 — COMPENSAÇÃO		
01 — Ações Caucionadas		400,00
		<u>15.414.765,24</u>

P A S S I V O

31 — NAO EXIGÍVEL		
01 — Capital Social Autorizado	15.307.000,00	
06 — Crédito de Acionistas p/Aumento Capital	8.000,00	15.315.000,00
32 — EXIGÍVEL		
01 — Fornecedores	31.464,02	
04 — Empréstimos Industriais	50.000,00	
05 — Credores Diversos	17.134,40	
07 — Retenções Obrigatórias a Recolher	766,82	99.365,24
35 — COMPENSAÇÃO		
01 — Caução da Diretoria		400,00
		<u>15.414.765,24</u>

CARLOS PEREIRA DE ALMEIDA RAPOSO — Diretor Presidente
VLADIMIR JAN HLOUSEK DE JILOVICE DE STERNBERG, CONDE DE —
Diretor Industrial
DIOCLÉCIO DANTAS DUARTE — Diretor Superintendente
ROBERTO SERGIO GADELHA ALBANO AMORA — Diretor
PASCHOAL BARONE — Contador Reg. CRC-GB-8697.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cia. Alvimar — Indústrias Químicas de Alginatos tendo examinado o Balanço, Contas e Relatório da Diretoria relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1969 é de parecer que a Assembléia Geral Ordinária dos Srs. Acionistas deve aprova-los, ressaltando-se que a companhia está em fase de implantação.

Em, 2 de março de 1970.

WASHINGTON TELLES DA SILVA LOBO
JAYME SALDANHA DA GAMA FROTA
JOÃO OSMAN DA SILVA MATTOS

COMPANHIA ALGIMAR
Indústrias Químicas de Alginatos

Atenção:

Querem tomar nosso minério

Marcos Aurélio de Sá

Paira no ar mais uma séria ameaça ao futuro econômico do Rio Grande do Norte. Várias empresas estrangeiras, ligadas à exploração de minérios, estão promovendo levantamentos aerofotogramétricos de áreas riquíssimas do Estado — principalmente nas regiões xelíferas de Lages e municípios vizinhos — e com êsses levantamentos estão requerendo ao Ministério das Minas e Energia, através do Departamento Nacional da Produção Mineral, alvarás de pesquisas dessas regiões. Isto impede que o minerador local, que a empresa brasileira de mineração, amplie sua atividade, pois os grupos estrangeiros, contando com recursos mais amplos para detectar a existência dos minérios, chega sempre primeiro às jazidas cuja exploração apresenta resposta econômica. Na hora em que se verifica que o empresário nativo não dispõe dos meios fáceis de localizar o minério, conclui-se que não está sendo justo o preceito legal que dá a quem primeiro pedir o direito de pesquisa e de exploração de zonas minerais, sem discriminar brasileiros e estrangeiros.

O Artigo 79 do Código de Mineração, no seu parágrafo único, equipara nacionais e estrangeiros quanto ao acesso e exploração das riquezas do nosso subsolo. O objetivo do legislador foi, ao estabelecer esta norma, encontrar uma fórmula capaz de atrair o interesse do capital estrangeiro pela indústria do minério, ainda hoje incipiente no Brasil de vez que êsse setor industrial exige investimentos que nem sempre o empresário brasileiro está possibilitado de fazer. O raciocínio do legislador é certo, a lei tinha que ter mesmo êsse propósito. Mas, faltaram alguns complementos que tornariam mais justo o parágrafo único do Artigo 79.

Em uma conferência que pronunciou para a Comissão de Minas e Energia da Câmara Federal, há pouco mais de um ano atrás, o professor Mário Moacyr Pôrto, Diretor-Presidente da Mineração Tomaz Salustino S/A, apresentava uma sugestão para que fôsse reconsiderada a tese da equiparação dos direitos de brasileiros e estrangeiros na exploração do subsolo. Queria o professor Mário Moacyr Pôrto, apenas, o seguinte: que cada vez que uma empresa estrangeira requeresse um alvará de pes-

quisa, o Ministério das Minas e Energia antes de fazer a concessão determinasse a publicação de um edital no Diário Oficial do Estado em que se localizassem os interesses da firma estrangeira a fim de que as empresas nacionais tomassem conhecimento do pedido de pesquisa. E se, por acaso, uma dessas empresas, em condições de atender a todos os requisitos legais e de competir em termos técnicos, com a empresa estrangeira, pretendesse tomar a si o encargo da exploração das áreas solicitadas por esta, então lhe seria dada uma justa prioridade, ficando assim em mãos de nacionais as riquezas do subsolo do país.

Uma medida dessa ordem não teria caráter meramente nacionalista, nem teria por fim a discriminação, mas poderia representar importantes lucros para a economia da nação. Como se sabe, as firmas estrangeiras, em geral, não nos beneficiam tanto como as empresas brasileiras, pois elas investem menos no país do que estas e normalmente remetem grandes parcelas dos seus lucros para as matrizes. Para se comprovar isso, basta citar um exemplo: durante dezenas de anos uma empresa chinesa explorou uma mina de xelita no município de Currais Novos. Milhões de dólares foram movimentados por esta empresa. Entretanto, depois de exaurirem-se as reservas, ela não teve dúvida em abandonar tudo, deixando apenas um grande buraco no município. Não se encontra em Currais Novos uma só obra, um só benefício ao povo da região, que lembre a passagem da empresa estrangeira naquela terra. Enquanto isso, as empresas nacionais fazem circular aqui os seus recursos, trazem soluções para nossos problemas sociais e econômicos. Veja-se o que a Mina Brejuí deu a Currais Novos e observe-se o que a Mina Bonfim está trazendo, em termos de desenvolvimento, para Lages, e deduza-se a diferença gritante entre as formas de agir do empresário nacional e do estrangeiro.

E' urgente que o empresariado do Rio Grande do Norte se mobilize, que o Governo do Estado apresente suas reivindicações ao Governo Federal, para que não cheguemos a ver nossos valiosos recursos minerais, nossa única esperança, fugirem das mãos do nosso homem, do nosso minerador, para cair em poder das empresas estrangeiras.